



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FLORESTAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

**MATEUS HENRIQUE DE MORAES SANTOS CERQUEIRA**

**VIVÊNCIAS DE AGROECOLOGIA NO PONTO DE CULTURA RURAL: UMA  
EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO RURAL**

Prof. Dr. Robson Amâncio  
Orientador

SEROPÉDICA, RJ  
ABRIL – 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FLORESTAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

**MATEUS HENRIQUE DE MORAES SANTOS CERQUEIRA**

**VIVÊNCIAS DE AGROECOLOGIA NO PONTO DE CULTURA RURAL: UMA  
EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO RURAL**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof. Dr. ROBSON AMÂNCIO  
Orientador

SEROPÉDICA, RJ  
ABRIL – 2021

**VIVÊNCIAS DE AGROECOLOGIA NO PONTO DE CULTURA RURAL: UMA  
EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO RURAL**

**MATEUS HENRIQUE DE MORAS SANTOS CERQUEIRA**

APROVADA EM: 30/04/2021

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. ROBSON AMÂNCIO – UFRRJ  
Orientador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. TATIANA COTTA GONÇALVES PEREIRA – UFRRJ  
Membro

---

M<sup>ª</sup>. MARJORIE DE ALMEIDA BOTELHO  
Membro

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha maior incentivadora e apoiadora durante a graduação e em todas as etapas da minha vida, à minha mãe, Lúcia de Fátima.

Você é minha inspiração!

## AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que tornaram essa jornada possível. Agradeço a minha mãe, Lúcia, meu pai, Ryerson, meu irmão, Rodolfo, minha prima, Suzana, minha madrinha, Edna Aparecida, e meu padrinho, Gilson Bernardo, que sempre me acompanharam e me apoiaram durante todas as etapas da graduação sem economizar no carinho e no afeto.

Gratidão ao meu orientador, Robson, que possibilitou a minha aproximação com a área da Extensão Rural e me proporcionou a oportunidade de práticas e saberes que culminaram na minha monografia.

Agradeço a Marjorie e Cláudio que abriram as portas do Ponto de Cultura e me receberam como parte da família, assim como, agradeço a Rogério e Rosângela pelo acolhimento e por me inspirarem através de suas histórias.

Gostaria de agradecer a todos os parceiros da UFRRJ que permitiram que essa experiência acontecesse, em especial aos meus amigos Leonis e Thaís que sempre estiveram ao meu lado nessa empreitada.

Agradeço, imensamente, as minhas amigas Ingrid Patrícia, Ana Cristina, Tayane, Ângela, Rafaela e meus amigos Filipe, Lucas e meu companheiro, João Gabriel, por sempre enxergarem minhas qualidades positivas, que fazem ser quem eu sou, e por me estimularem a acreditar no meu potencial.

## RESUMO

Esse trabalho tem como finalidade relatar a importância de vivências agroecológicas na formação extracurricular para os cursos de ciências agrárias. Partindo da disciplina Extensão Rural, pretende-se pensar alternativas ao ensino técnico-científico, atualmente hegemônico no ambiente acadêmico, que representa uma defasagem no processo pedagógico. O projeto “Juventude Rural e Agroecológica” foi a ferramenta que viabilizou a ponte entre o ensino e a prática, através da articulação entre o Ponto de Cultura Rural e alguns coletivos organizados da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Observou-se, assim, o impacto da sistematização das vivências agroecológicas na formação acadêmica, bem como a aproximação entre a realidade dos estudantes com aquela dos agricultores familiares da região serrana do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Extensão Rural; vivência agroecológica; Ponto de Cultura Rural.

## ABSTRACT

This paper seeks to report the importance of agroecological experiences to the extracurricular academic education of the agrarian sciences degrees. Starting from the Rural Extension class, we intend to reflect on possible alternatives to the technical-scientific approach currently hegemonic within the academic environment, which stands as a lag in the pedagogical process. The “Juventude Rural e Agroecológica” project was the tool used to build the bridge between teaching and practicing, through the articulation of the “Ponto de Cultura Rural” and some self-organized groups of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. That way, we have been able to observe the impact of the systematization of the agroecological experiences on the academic qualification, as well as the approximation between the students’ reality and the one of the family farmers from the mountain region of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Rural Extension; agroecological experience; Ponto de Cultura Rural.

## SUMÁRIO

1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
2. <b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	2
2.1 <b>Engenharia Florestal e a discussão da matriz curricular</b> .....	2
2.2 <b>Vivências de Agroecologia: a importância da Extensão Rural</b> .....	5
2.3 <b>Sobrado Cultural: um Ponto de Cultura Rural na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro</b> .....	9
3. <b>MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	12
3.1 <b>Base teórica dos processos de aprendizagem</b> .....	12
3.2 <b>A potência da construção coletiva</b> .....	13
3.3 <b>Dimensões das vivências agroecológicas do projeto Juventude Rural</b> .....	13
3.3.1 <b>Dimensão da Pesquisa</b> .....	14
3.3.2 <b>Dimensão da Difusão</b> .....	14
3.3.3 <b>Dimensão do Legado</b> .....	15
4. <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	15
4.1 <b>Vivências na Dimensão da Pesquisa</b> .....	15
4.1.1 <b>O casal de produtores agroecológicos: Rosângela e seu Atháide</b> .....	16
4.1.2 <b>Gileade Sustentabilidade</b> .....	17
4.1.3 <b>Viveiro da Mata Atlântica</b> .....	18
4.1.4 <b>Toca da Onça</b> .....	19
4.2 <b>Vivências na Dimensão da Difusão</b> .....	20
4.2.1 <b>Dia de Ação Global</b> .....	20
4.2.2 <b>Mobilização da Juventude Rural junto a Rede de Agroecologia</b> .....	21
4.3 <b>Vivências na Dimensão do Legado</b> .....	22
5. <b>CONCLUSÕES</b> .....	23
6. <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	24
<b>ANEXO</b> .....	28



## 1. INTRODUÇÃO

O ensino técnico-científico ainda segue sendo difundido como uma prática pedagógica dentre os profissionais das ciências agrárias. Essa prática acaba por culminar no déficit de experiências práticas e humanizadoras na formação profissional dos estudantes. Nesse sentido, o presente texto parte do pressuposto que as atividades extracurriculares na área da Extensão Rural apresentam uma proposta alternativa ao ensino tecnicista que carece de oportunidades para contornar, mesmo que minimamente, a presente estrutura hegemônica dentro do ambiente acadêmico.

A formulação curricular proposta atualmente não preconiza a leitura mais sistêmica e complexa da realidade rural. As discussões em torno da reavaliação do conteúdo e da qualidade da formação profissional no Brasil ocorrem em fóruns nacionais da Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior (ABEAS) com a presença de coordenadores de curso das várias Instituições de Ensino Superior (IES), juntamente com representantes do Ministério da Educação (MEC) e das entidades de Classe onde, em última instância, tem-se a formação do colegiado nas IES que será responsável por elaborar o Projeto Político Pedagógico de cada curso.

Através da minha experiência como estudante do curso de Engenharia Florestal, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pude observar a defasagem na formação generalista que a matriz curricular oferece e sempre tive uma grande ânsia de ir para além do que é oferecido atualmente. Logo, através da busca por uma formação mais contextualizada e próxima da realidade vivida pelos agricultores nas áreas rurais, encontrei na disciplina Extensão Rural a possibilidade de compreender melhor o histórico do desenvolvimento agrário no Brasil, os tópicos da Reforma Agrária e os temas que lhe são intercecionais.

Entretanto, a oportunidade de entrar em contato com a prática extencionista veio após a minha aprovação como monitor da disciplina de Extensão Rural, que proporcionou a experiência para uma formação complementar. A convite do meu orientador, pude me envolver no projeto de extensão “Juventude Rural e Agroecológica” que dialogava com o Ponto de Cultura Rural de Bom Jardim, em parceria com o Sobrado Cultural Rural (SCR). Esse projeto promoveu a integração de diversos coletivos da UFRRJ, que juntos ao SCR, puderam construir um processo de vivências agroecológicas com os agricultores familiares e com os estudantes do ensino médio da rede pública da região serrana do Rio de Janeiro, proporcionando a aproximação da academia com a realidade do campo favorecendo a assimilação dos conceitos e técnicas, estudados em sala de aula, que outra estavam tão distantes da minha compreensão.

O projeto executado teve como principal objetivo o desenvolvimento de atividades com diretrizes na educação em agroecologia e práticas que reforçassem a importância da memória cultural rural da comunidade local através da produção de materiais pedagógicos; estímulos para o reconhecimento da juventude local enquanto juventude rural, bem como, estimular o ingresso dos mesmo no ensino superior como uma perspectiva futura para o desenvolvimento econômico, tecnológico e científico da região; e, por fim, aproximar os alunos da UFRRJ, de diferentes áreas do conhecimento, das realidades vividas nas áreas rurais da região serrana do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, fez-se necessária a reflexão da importância do papel da universidade no fortalecimento da extensão acadêmica como um dos caminhos de comunicação com a realidade da sociedade. A partir dessa parceria foi possível conhecer o contexto da produção

agrícola e agroecológica da região serrana do Rio de Janeiro, difundir diferentes áreas do conhecimento presente na UFRRJ para jovens rurais da região serrana e refletir sobre a produção de materiais pedagógicos que difundam práticas agroecológicas (CERQUEIRA et al., 2020).

Contudo, através da análise da construção da matriz curricular do curso de Engenharia Florestal, das propostas de prática pedagógica estabelecidas por Paulo Freire, da discussão que Cavalett estabelece entre ensino técnico-científico e rompimento com essa prática pedagógica e utilizando da metodologia MEXPAR aliada aos pilares da agroecologia tem-se as ferramentas analíticas pra pontuar a importância das vivências práticas, que fazem a ponte com a realidade concreta do campo, e a necessidade da existência de disciplinas como a Extensão Rural, que proporcionam experiências humanizadoras para a construção do ensino das ciências agrárias.

A sistematização das experiências vividas no projeto “Juventude Rural e Agroecológica” ressaltou a importância das vivências agroecológicas para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de graduação, bem como, da aproximação da realidade dos agricultores familiares e da juventude rural com a realidade das instituições de ensino público superior.

Nesse sentido, o presente estudo tem como foco principal analisar a importância das vivências agroecológicas na formação do estudantes do curso Engenharia Florestal e na elaboração de um ambiente acadêmico menos tecnicista, no âmbito que os dois fatores combinados mudam as perspectivas tanto da academia – o próprio *modus operandi* das ciências agrárias – quanto das perspectivas de inclusão rural, que deve se pautada na construção coletiva e no respeito às diversas realidades encontradas nas áreas rurais.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Engenharia Florestal e a discussão da matriz curricular**

No Brasil, o Curso de Engenharia Florestal foi criado em 1960 pelo nome de Escola Nacional de Florestas (ENF), através do Decreto-Lei nº 48.247, publicado no Diário Oficial da União em 20 de junho. A sua instalação ocorreu na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em Viçosa, porém em novembro de 1963, antes de formar a primeira turma de Engenharia Florestal do Brasil, foi oficialmente transferida para Curitiba e incorporada à Universidade Federal do Paraná (Decreto nº 52.828). Entretanto, em março de 1964, o Governo do Estado de Minas Gerais criou a segunda Escola de Florestas do Brasil na a UREMG em substituição à antiga ENF (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL, 2009).

A formação para o curso de graduação em Engenharia Florestal é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pela no Art. 30 - Resolução nº 3, de 02 de fevereiro de 2006 e são estabelecidas por Resolução do Conselho Nacional de Educação e execução pelo Ministério da Educação (MEC), sendo as seguintes:

[...] Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal são as seguintes:

§ 1º O projeto pedagógico do curso, observando tanto o aspecto do progresso social quanto da competência científica e tecnológica, permitirá ao profissional a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

§ 2º O projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Florestal deverá assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

§ 3º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios: a) o respeito à fauna e à flora; b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água; c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente; d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e e) o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

Art. 4º O curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia deverá contemplar, em seu projeto pedagógico, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo e sua operacionalização, os seguintes aspectos:

I - Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, política, geográfica e social;

II - Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - Formas de realização da interdisciplinaridade;

IV - Modos de integração entre teoria e prática;

V - Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VI - Modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VII - Incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

VIII - Regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de curso de acordo com as normas da instituição de ensino, sob diferentes modalidades;

IX - Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e,

X - Concepção e composição das atividades complementares.

Parágrafo único. Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Ainda segundo o Projeto Político Pedagógico do curso de Engenharia Florestal (2009), o curso e os demais do setor de ciências agrárias eram regidos pela Lei 5540/68, conhecida como a Reforma Universitária do Regime Militar, juntamente com alguns regulamentos do extinto Conselho Federal de Educação. Essa Lei preconizava a obrigatoriedade de currículos mínimos para todos os cursos no país e os conteúdos eram divididos em matérias básicas, de formação geral, de formação profissional geral e de formação profissional específica.

Entretanto, a nova Lei 9394/96, sobre as Diretrizes e Bases da Educação, determina o fim dos antigos currículos mínimos e apresenta o conceito de Diretrizes Curriculares que permitiram um avanço na formulação das bases e componentes curriculares na formação dos profissionais das ciências agrárias. Assim sendo a organização de cursos de graduação por Instituições de Ensino Superior (IES) públicos e privados traçam novos caminhos para a eliminação do excesso de pré e co-requisitos entre disciplinas, procurando trazer flexibilidade e autonomia para a gestão universitária dos cursos, incluindo conteúdos e disciplinas para a formação profissional com habilidades e competências direcionadas às demandas socioambientais da realidade regional a qual estão inseridas. Além de prever a inclusão de atividades denominadas complementares no projeto pedagógico, abrindo possibilidades da introdução de ações das atividades na área da extensão e da pesquisa.; o projeto 78 político-pedagógico.

A formulação de um currículo flexibilizado culmina na reformulação da própria estrutura das IES com suas relações estruturais rígidas e da sua política educacional, que ainda hoje preconiza o perfil de um profissional apenas voltado para o mercado de trabalho (TUTTMAN, 1999; BROBST et al., 2003). Para o Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (2001), as IES devem ser espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando o seu compromisso com a cidadania do povo brasileiro.

O profissional da área de ciências agrárias continua a ser formado com base numa abordagem pedagógica tradicionalista, em que os conhecimentos técnicos e científicos são repassados por especialistas, que por sua vez, são responsáveis por avaliar e reorganizar periodicamente, através dos colegiados, a estrutura das disciplinas nas matrizes curriculares. Considerando a efetiva presença desses profissionais nas propriedades rurais, não se preconizava o desenvolvimento agrário sustentável com base em seus aspectos mais amplos, como as questões sociais e ambientais onde, através de políticas públicas, visava-se muito mais as áreas rurais como meio para a obtenção da produção agropecuária (CAVALLET, 1999).

No entanto, foram surgindo desafios econômicos, ecológicos, sociais e culturais devido aos processos de desenvolvimento econômico e social estabelecido, no qual o viés do ensino técnico-científico vem sendo, desde os anos 1980, colocado em questão, através da reivindicação da necessidade de outros enfoques teóricos e de novos instrumentos metodológicos e pedagógicos que contribuam para a formação de profissionais capacitados a trabalhar com uma concepção mais ampla e humana da promoção do desenvolvimento rural (DIAS, 2006).

Não é possível entender as relações dos homens com a natureza, sem estudar as condicionantes histórico-culturais das quais as suas ações estão submetidas. A capacitação técnica, que não é adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos agricultores familiares em suas visões cultural e em suas crenças. A pedagogia a ser utilizada deve partir do nível em que profissional técnico e agricultores

familiares se encontram, e não daquela em que o profissional em questão estabelece o que é correto para ser aplicado como técnica (FREIRE, 1988).

Historicamente, os profissionais das ciências agrárias têm sido marcados por um ensino de caráter tecnicista, positivista e homogeneizador, provenientes da Revolução Verde, entre as décadas de 60 e 70, que em proporção nacional potencializou a ampla disseminação e implementação dos pacotes tecnológicos como mais adequada forma de desenvolvimento rural. Esse modelo hegemônico supervaloriza o conhecimento técnico-científico, caracterizando o ensino, a pesquisa e a extensão como processos hierárquicos e descompassados que não levam em consideração a diversidade das realidades da agricultura familiar no território brasileiro (SOUSA et al. 2013).

Diante dessa perspectiva, percebe-se a ausência de áreas pedagógicas voltadas à pesquisa de práticas agroecológicas onde, ainda hoje, o enfoque principal desses cursos está voltado para a agricultura convencional, sendo assim, há uma grande resistência por parte dos acadêmicos e das próprias IES e institutos de pesquisa em proporcionar espaços de discussão que questionem a eficiência do modelo vigente até então (PAULA et al., 2018).

Frente às necessidades de transformações sociais e diante da limitação do modelo de formação imposto pelos setores dominantes, defende-se alterações que sejam capazes de propiciar ao profissional a aptidão necessária para contribuir de forma decisiva com o futuro da sociedade. Trabalhando-se dialeticamente com o conhecimento humano e com suas inerentes contradições, o compromisso deve ser pautado na criação de espaços para a construção de processos curriculares que possibilitem a formação de profissionais socialmente mais comprometidos. A oposição à lógica de treinar o ser humano para uma ocupação no mercado de trabalho vem da ação educativa que prioriza a formação de um profissional que faça a intermediação e inter-relação do conhecimento adquirido, de forma decisiva na busca de um desenvolvimento baseado na eficiência, equidade e sustentabilidade. Para esse novo profissional, o trabalho deve ser um ato político-social consciente (CAVALLET, 2000).

## **2.2 Vivências de Agroecologia: a importância da Extensão Rural**

Historicamente, a agricultura familiar ou os “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram subjugadas as ações do Estado, culminando em sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento agrário estabelecidas no Brasil. A constituição de 1988 iniciou uma nova possibilidade de trajetória para a agricultura familiar ao prever novos espaços de participação social e reconhecer direitos. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas para o desenvolvimento agrário. Através da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste, em 2001, institucionalizaram a atual dualidade da estrutura agrária e fundiária no país. Finalmente, em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a desenvolver políticas públicas para este grupo social. Hoje, o Brasil é destaque considerado destaque pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar por organizações internacionais multilaterais, cujos formatos, objetivos e políticas tem sido “exportados” para outros países (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Todavia, Grisa e Schneider (2015) discorrem que, os movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar continuam acionando estratégias de protesto e de reivindicação (a exemplo dos Gritos da Terra, da Marcha das Margaridas, do Abril Vermelho, das ocupações de prédios públicos, das Jornadas de Luta da Agricultura Familiar, etc.), seguem instrumentalizando-se para propor formatos institucionais e políticos para as políticas públicas, e reivindicam a cogestão e a execução partilhada dessas políticas, para aproximá-las e adaptá-las às distintas realidades sociais e para o empoderamento dessas próprias organizações sociais. Considerando principalmente o Movimento Sem Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores, ambos ligados à Via Campesina, fica claro o posicionamento de contestar o modelo produtivista, apontando os riscos dos insumos químicos e das biotecnologias para a saúde e defendendo a soberania alimentar. Com o tempo, essas organizações passaram a progressivamente valorizar a agroecologia, o resgate de experiências tradicionais e camponesas, em defesa de produção que independa das grandes empresas, produtoras de insumos e sementes, e em busca da valorização das articulações mercantis locais e regionais.

Cabe salientar que a partir do pioneirismo das Marchas das Margaridas e dos movimentos organizados pela Via Campesina em prol de um sistema agroalimentar sustentável, a apresentação dos temas da agroecologia, como uma proposta de política pública, começou a ganhar destaque (SILIPRANDI, 2013). As populações rurais passaram a reivindicar a autogestão de seus recursos ambientais, sinalizando e orientando a possibilidade da superação das atuais políticas preventivas e remediáveis, para a transição em um sistema produtivo fundado nos princípios da reapropriação da natureza, de suas culturas, de seus saberes, de suas práticas e de seus processos produtivos, abrindo caminho através da instauração de novos direitos ambientais, culturais e coletivos (LEFF, 2006).

Segundo Santos (2014), a agricultura familiar preza pela diversificação dos seus produtos, baixo custo na produção, aproveitamento e otimização dos insumos, além da sua capacidade de causar menores danos ao ambiente, em comparação com a agricultura convencional. Por deter os meios de produção, a agricultura familiar procura produzir tanto para a subsistência como para comercialização, sendo suas práticas agroecológicas orientadas pela permanência das famílias nas áreas rurais com o manejo sustentável dos solos, conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença de atravessadores.

A agroecologia, como ciência e prática, utiliza princípios da agricultura tradicional camponesa, conhecimentos e métodos ecológicos modernos para a produção de agroecossistemas sustentáveis, fortalecendo o desenvolvimento rural e fundamentando-se na perspectiva de transformação da sociedade para mudar as relações de produção no campo (DUARTE, 2009). Além de seu enfoque enquanto ciência e enquanto prática, agroecologia também pode ser visualizada como movimento social. Enquanto prática, expressa-se nas organizações da agricultura familiar, indígena e de povos e comunidades tradicionais, que produzem alimentos e outros produtos agrícolas, através da diversidade de processos colaborativos baseados nas dinâmicas socioecológicas e culturais de cada local. Enquanto ciência, firma-se através da crítica ao sistema da agricultura convencional, baseado na exportação de commodities produzidas em grandes latifúndios e na importação de alimentos industrializados. Enquanto movimento social, estabelece-se através das articulações das redes e sujeitos envolvidos com suas construções práticas e teóricas, agregando outros setores sociais engajados na luta por justiça social e ambiental, preconizando a relação não predatória com os recursos naturais, a integridade dos biomas, pela saúde coletiva e pela economia social (PETERSEN; MONTEIRO, 2020).

Nesse contexto, após o final de 2003, após um amplo processo participativo de discussão e consulta à sociedade, foi estabelecida e passou a ser implementada uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), propondo as entidades e agentes de extensão rural que engajem-se na realização de processos capazes de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural, contribuindo para desenvolvimento rural sustentável, com ênfase nos processos, adotando uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Essa demanda de serviços oferecidos pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desafiam e impulsionam a contribuição para o avanço do desenvolvimento rural brasileiro (CAPORAL; LADJANE, 2006).

Segundo Caporal e Ladjane (2006), essa nova orientação opõe-se à prática histórica da Extensão Rural que, desde longa data, esteve baseada na teoria da difusão de inovações, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a “modernização conservadora” da agricultura. Nesse processo, os agricultores eram vistos como meros depositários de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequados para as condições específicas de suas explorações e dos agroecossistemas por eles manejados.

Atualmente, a PNATER sugere que os processos de gestão social sejam melhorados e estabelece ainda que a nova ATER precisa oferecer uma ação educativa, democrática e participativa baseada no modelo teórico-pedagógico construtivismo, cujo a premissa é de que a população do campo possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais e/ou coletivos que as tornam sujeitas do próprio saber que precisam ser valorizados e incorporados como elementos fundamentais na estratégia de desenvolvimento rural, tendo em vista que hoje é impossibilitado pelos métodos tecnicistas e persuasivos da tradição extensionista. Assim sendo, as entidades da ATER, devem promover a capacitação para o uso de ferramentas e técnicas participativas que permitam a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções compatíveis com o universo dos diferentes grupos de agricultores familiares e dos agroecossistemas que estão sendo por eles manejados. (CAPORAL; LADJANE, 2006).

A Extensão Rural Agroecológica é o processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias participativas, que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo (agricultores e agricultoras) buscam a construção e a sistematização de conhecimentos que os levem a atuar conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da agroecologia como critério para o desenvolvimento e a seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultura das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 1998).

A Metodologia participativa de Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR) é, atualmente, amplamente difundida para orientar a ação mediadora dos extensionistas e está estruturado em três momentos didáticos, interdependentes e complementares: Conhecimento da realidade; Organização da ação e gestão social; Execução da ação e acompanhamento. A aplicação desse processo participativo de planejamento e gestão social busca o desenvolvimento rural sustentável, onde a concepção pedagógica da metodologia MEXPAR foi inspirada nos princípios teóricos da Epistemologia Genética de Jean Piaget – construtivismo interacionista; nas referências teóricas e filosóficas apreendidas

no Método Pedagógico de Paulo Freire; e, também, na orientação pedagógica do “aprender a aprender”, de Pedro Demo (RUAS et al., 2006).

Na concepção de Freire (1983), a prática extensionista deve ser educativa e não deve substituir o conhecimento tradicional/popular/local pelo pacote tecnicista ensinado nas instituições de ensino, mas sim somar os conhecimentos teóricos com as vivências das comunidades locais, abrindo espaço para o diálogo. Destaca também que a concepção assistencialista desse aprendizado técnico-científico forma profissionais acríticos e ingênuos diante da realidade do mundo, enquanto a concepção de educação que constantemente se reconhece como uma situação gnosiológica é o contraponto que os desafia a pensar corretamente e não a memorizar e reproduzir técnicas. Desse modo, a capacitação da assistência técnica apenas pode realizar-se na práxis, ou seja, ação e reflexão onde há a compreensão crítica das implicações da própria técnica.

A pesquisa não pode ser desvinculada do desenvolvimento regional, logo, necessita da parceria com a extensão rural agroecológica, onde a inserção do pesquisador, professor e extensionista na realidade social local possibilita para o exercício das atividades de articulação dos atores da comunidade, indo para além do ensino convencional e da geração de tecnologias comprometidas com o capital internacional e do posicionamento de um agente repassador dessa tecnologia, que numa direção única, dita técnicas produtivas fora das condições existentes da realidade localidade (CARMO et al., 2015).

Ainda segundo Carmo (2015), pesquisa deve incorporar a dimensão da ação participativa dos protagonistas rurais, com uma disposição constante de levar o enfoque agroecológico aos centros de pesquisa, privilegiando a prática interdisciplinar na intenção de tratar sistemicamente as disciplinas separadas pela ciência analítica. Nessa prática o ensino nas ciências agrárias tem que, mais do que acompanhar esse movimento, se adiantar na adaptação de seu currículo dando o enfoque agroecológico e no desenvolvimento sustentado no meio rural. Estratégias de desenvolvimento com recursos endógenos valorizam as ruralidades, geram empregos, elevam a renda, portanto, devem ser, obrigatoriamente, incorporadas às políticas públicas no que tange à investigação científica, à extensão rural e também ao ensino de ciências agrária.

Um exemplo de vivência agroecológica no ensino superior, é a disciplina do Componente Curricular (CCR) “Vivências em Agroecologia”, ministrado na 6ª fase do curso de Agronomia pelo docente Julian Perez-Cassarino na UFFS – Campus Laranjeiras do Sul. Nela, os estudantes participam de atividade de preparação/formação e depois visitação uma propriedade agroecológica para acompanhar o dia a dia dos agricultores, etapa que tem duração de 8 dias. A finalização da disciplina ocorre com a apresentação/avaliação das vivências dos acadêmicos com os grupos de agricultores ecológicos situados nas regiões de Verê, Marechal Cândido Rondon, Paranacity, Curitiba e Campo Magro (PR), Porto União (SC), Erechim e Passo Fundo (RS).

O docente explica que o CCR foi ministrado pela primeira no ano de 2019, pois apenas nesse ano foi incorporado ao curso de Agronomia, através do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Conforme Julian, o objetivo do componente curricular é “propiciar aos estudantes o conhecimento sobre a realidade de agricultores que trabalham e vivem da agroecologia no Paraná e Sul do Brasil, de forma a contribuir para a formação dos estudantes a partir da vivência da realidade concreta dos atores que promovem a agroecologia, bem como para enriquecer a formação das demais disciplinas e trazer problemas e demandas de pesquisa e extensão para dentro da Universidade”. Julian ressalta ainda que “todos os locais escolhidos



para as atividades possuem histórico e trabalhos consolidados no campo da agroecologia, além de agradecer a parceria com as entidades Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi), Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte (Comsol), Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), que se dispuseram a receber os estudantes e organizar suas estadias, tornando possível a iniciativa.

### **2.3 Sobrado Cultural: um Ponto de Cultura Rural na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**

Os Pontos de Cultura são organizações culturais que desenvolvem ações em diferentes comunidades agrícolas, indígenas, quilombolas, assentamentos, entre outros, atuando numa perspectiva comunitária como bibliotecas comunitárias, museus comunitários, centros culturais, pontos de leitura, pontinhos de cultura, cineclubes, entre outros. Os mesmos tecem em seus estados a importância de demarcar políticas culturais para os territórios rurais, oportunizando ações para as famílias de agricultores, assentados e reassentados da reforma agrária (BOTELHO; PAOLINO, 2015).

De acordo com Botelho e Paolino (2015), essa ferramenta cultural tem como origem o Programa Cultura Viva, criado pelo Ministério da Cultura em 2004, sendo os Pontos de Cultura uma das ações do programa que busca fomentar, através de editais públicos, práticas culturais existentes de grupos e associações culturais por meio do repasse direto de recursos financeiros. Como parceiros na relação entre estado e sociedade, atuam na efetivação do direito à cultura, principalmente para segmentos e populações historicamente excluídos e que atuam em áreas, regiões e territórios que apresentem precariedade na estrutura e na oferta de bens e serviços culturais. Diversas pesquisas ao analisarem o percentual de equipamentos culturais nos estados e municípios revelam que a distribuição dos equipamentos culturais pelo país segue a lógica de ocupação desigual do território e expressa as suas desigualdades socioeconômicas. Essa situação se agrava nas áreas rurais do país, onde a lógica predominante restringe-se apenas a quadras de esportes. Apesar dos pontos de cultura rurais modificarem de forma pontual esse cenário, há a urgência de criação de políticas públicas de cultura específicas para as áreas rurais do país que garantam o direito a cultura em sua dimensão do acesso, da produção e da fruição cultural para a população residente nestes territórios.

O Sobrado Cultural Rural (SCR) é um espaço educativo de cultura, agroecologia e de museologia social, localizado em Bom Jardim, no Rio de Janeiro. A preocupação com a valorização e preservação dos saberes e fazeres presentes em territórios rurais, o modo como vivem as comunidades tradicionais e os povos originários, a importância da identidade cultural na defesa do território rural, tem sido norteadora das ações desenvolvidas pela organização. Por isso, as ações educativas de fomento a leitura e as artes em geral, de preservação do patrimônio material e imaterial, e de pesquisa, entrelaçam-se na busca pela garantia do direito à cultura, em sua dimensão do acesso, da produção e da fruição cultural e da preservação da diversidade cultural do país. Foram reconhecidos como Ponto de Cultura Rural pelo Ministério da Cultura; contemplados em editais da Secretaria Estadual de Cultura, Instituto Brasileira de Museus, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Artes, entre outros (BOTELHO; PAOLINO, 2015).

No Fórum dos Pontos de Cultura foi criado o grupo trabalho Pontos de Cultura Rurais para compor a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, instância legítima e deliberativa, composta pelas redes e fóruns estaduais e por redes temáticas. O SCR trabalho juntamente com outras organizações rurais que tecem em seus estados a importância de demarcar políticas culturais para os territórios rurais, oportunizando ações para as famílias de agricultores, assentados e reassentados da reforma agrária.

As vivências agroecológicas descritas no presente trabalho são frutos do projeto Juventude Rural e Agroecológica que tiveram seus encontros sediados pelo Sobrado Cultural Rural, segundo Botelho e Paolino (2015), que está localizado no vilarejo rural de Santo Antônio, comunidade tradicional de agricultores familiares do Distrito de Barra Alegre que tem forte tradição agrícola. Na década de 1980 o Distrito de Barra Alegre foi reconhecido como o maior produtor mundial de inhame por hectare, tendo disseminado um modo de plantio que influenciou todo o país. O Município de Bom Jardim, situado na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, possui uma extensão geográfica de 385,7 km<sup>2</sup> e tem quatro distritos: Banquete, Barra Alegre, Bom Jardim e São José do Ribeirão. Têm aproximadamente 26 mil habitantes, sendo que 70% vivem na área urbana e 30% em áreas rurais. Em comparação com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE (2015), que revelou que no Brasil há cerca de 31,25 milhões de pessoas residindo em áreas rurais, ou seja, 15,28% da população brasileira ocupando áreas rurais, fica ainda mais claro que o município de Bom Jardim possui uma boa concentração da sua população em áreas rurais.

Indo um pouco mais afundo, Botelho (2015) discorre mais sobre o contexto histórico da região de Bom Jardim e o Distrito de Barra Alegre onde os núcleos de povoamento na região de Bom Jardim datam do início do século XIX, registra-se que imigrantes suíços foram atraídos pelo clima e pela fertilidade da terra. O Distrito de Barra Alegre foi criado no dia 21 de outubro de 1906 tendo cumprido importante papel no desenvolvimento agrícola do Município. Atualmente o município de Bom Jardim concentra suas atividades econômicas na área do comércio e serviços, seguidos pela indústria e da agricultura. No setor primário, os principais produtos agrícolas são: o chuchu, o tomate, batata doce, inhame e café. Na pecuária destaca-se a avicultura especializada em frango de corte. No setor secundário ressalta-se a indústria de alimentos representada pelo Café Bonjardinense e pela Comave Com. e Indústria Ltda, além da indústria do vestuário, que está em plena expansão. E no setor terciário as principais atividades econômicas são a administração pública e a prestação de serviços.

A dinâmica territorial da região Serrana é afetada por quatro fatores, sendo eles: A dinâmica entre a diminuição do peso da agricultura como fonte de renda principal de agricultores familiares, ao mesmo passo que reconhecem nessa atividade a atribuição da própria identidade social enquanto agricultores de subsistência e atores ativos nas relações da comunidade; A pressão que as unidades de conservação ambiental da região exercem sobre as formas de produção da unidade familiar agrícola, ao mesmo tempo que preconizam o desenvolvimento de outras atividades; O turismo que por um lado amplia o mercado de trabalho fora do setor agrícola e oferece novas alternativas de renda à população local, mas por outro lado reforça a coerção à agricultura familiar enquanto devastadora da natureza em suas práticas tradicionais; A existência de um polo de confecções em Nova Friburgo que estimula a instalação de confecções nos domicílios de agricultores da região como possibilidade de ampliação da renda de agricultores familiares (CARNEIRO, 2010).

Sobre o uso de agrotóxicos, Carneiro (2010) destaca que, as propriedades de produção comercial que produzem culturas como o tomate, o pimentão, a couve-flor, a berinjela e a

abobrinha, são as que demandam das técnicas convencionais de plantio e necessidade de agrotóxicos. Já os agricultores familiares locais que plantam inhame, aipim, batata-baroa e batata-doce para subsistência e comercialização, não requerem o uso de agrotóxicos ou requerem em menor quantidade. Isso deve-se ao uso das sementes crioulas que são considerados mais resistentes às pragas por terem a genética do banco de sementes local, por isso, "limpam" o terreno das pragas dos outros produtos e recuperam parcialmente a fertilidade quando plantados no sistema de rodízio. Nesse sentido, o agrotóxico já é considerado um "mal necessário" por uma parte dos agricultores locais, baseados na crença de que os efeitos negativos para a saúde humana não afetam os trabalhadores do campo, revelando a falta de conscientização e de preocupação com a prevenção contra a contaminação no uso e aplicação desses produtos químicos. Entretanto, consideram importante lavar e higienizar os alimentos em contato com o veneno para comercializar ou consumir, mas reconhecem que nem todos obedecem a essa regra.

A lógica mercadológica cria um clima de instabilidade para a maioria dos agricultores familiares locais que buscam no modelo de produção agrícola convencional as técnicas (uso de agrotóxico) para suprir as demandas do mercado, ocasionando o abandono do sistema tradicional de plantio baseado no "descanso de terras". Essa prática, também conhecida pelos estudiosos como sistema de pousio ou agricultura migratória, se baseia no abandono da lavoura no fim do ciclo de produção, onde a terra irá recuperar a fertilidade perdida durante o tempo em que serviu à lavoura e depois desse período de descanso, variando entre 3 e 10 anos, é reocupado para um novo ciclo de produção, reaproveitando os restos da roçada para produzir cerca ou mourão para os pés de tomate e pimentão e os galhos não utilizados são amontoados e então queimados (CARNEIRO, 2010).

Segundo Carneiro (2010), o sistema de pousio é há muito praticado no Brasil, sendo considerada uma herança das populações indígena e considerada pelos pesquisadores como adaptada em termos de sustentabilidade para regiões com abundância de mata, como é na Mata Atlântica, porque a existência de muitas sementes e mudas permitem que a vegetação se restabeleça preservando às condições do solo, relevo, a fauna e a flora da região. Os agricultores familiares da região entendem essa prática como não agressivo à natureza pois permite que essas áreas em repouso sejam sempre revegetadas, e mesmo os agricultores que praticam a agricultura convencional compreendem que é possível produzir sem o uso de agrotóxicos e que um modo de plantio em harmonia com a natureza é o caminho para a preservação das matas.

Entretanto, dessa prática surge um grande conflito ambiental entre o modo de produção dos agricultores da região e a legislação ambiental. Atualmente, o decreto de Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006, conhecida como a Lei da Mata Atlântica, substituiu o decreto de Lei nº 750 de 10/02/1993, que regulamentava o uso do solo na região ocupada pela Mata Atlântica, trouxe algumas modificações mais favoráveis à população tradicional e aos pequenos agricultores. Entre essas modificações está a autorização do corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração dada pelo órgão estadual competente. Nesses casos, o Governo Federal deve priorizar, facilitar o acesso e simplificar os procedimentos, que serão gratuitos, para os pedidos de autorização que partirem dos pequenos produtores ou das populações tradicionais (CARNEIRO, 2010).

Alguns agricultores locais que não têm terra ou capital suficientes para produzir preferem trabalhar no sistema de parceria, onde o financiamento da produção fica por conta do proprietário da terra. Esse tipo de contrato garante uma porcentagem maior dos lucros para o proprietário sendo visto como mais vantajoso porque o agricultor não assina nenhum

contrato. Entretanto, fica evidente a vulnerabilidade em relação a falta dos seus direitos trabalhistas, pois, em sua grande maioria, os contratos entre o proprietário e o agricultor são feitos na base da confiança mútua sem registro, ou seja, não permite nenhuma estabilidade ou segurança para o agricultor que está submetido as vontades do proprietário. Outro problema enfrentado pelos agricultores da região é o escoamento da produção, onde os mesmos comercializam através da venda intermediada por atravessadores, em sua maioria o próprio proprietário de terra. Além disso, o fato de que a maioria dos agricultores não possuem o registro de produtor rural, ou seja, em muitos casos, há a dependência do fornecimento de nota fiscal por parte dos comerciantes locais que por sua vez registram a nota fiscal como se fossem os responsáveis pela produção dos agricultores (CARNEIRO et. al., 2009).

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

#### **3.1 Base teórica dos processos de aprendizagem**

A metodologia escolhida para o desenvolvimento do projeto Juventude Rural teve como inspiração os Círculos de Cultura de Paulo Freire. Mundialmente reconhecido, o educador brasileiro Paulo Freire (1978; 1986; 1998) dedicou sua vida na defesa da educação como dinamizadora do processo de mudança individual e coletiva, firmando as seguintes bases da aprendizagem: A capacidade de autorreflexão, desenvolvimento da consciência crítica; A aprendizagem libertadora que conquista, modifica, renova, preserva identidade e aumento da autonomia; A busca permanente como sujeito da educação, não objeto; A noção do tempo, que caracteriza o ser humano como ser histórico, capaz de construir o futuro com base no passado.

Essas bases até hoje orientam e possibilitam a teoria educacional afirmar que a criatividade e inovação só se desenvolvem no exercício da liberdade, e que a práxis criadora somente ocorre com a incorporação do aprendizado refletido (que flui das trocas entre mestre e aprendiz) na construção da realidade. É importante que seja desenvolvida uma forma de internalizar a ampliação constante de conhecimentos, culturalmente amplos e suficientemente específicos, para que sejam aplicáveis em alternativas e soluções significativas na viabilização dos objetivos da educação. É necessária a consciência das ligações entre os atos praticados e os componentes do meio onde se inserem.

Dentro dessa perspectiva, a ação educativa deixa de treinar o ser humano para uma ocupação no mercado de trabalho e passa a formar um profissional para contribuir, através das gerações de forma decisiva na busca de um desenvolvimento baseado na eficiência, equidade e sustentabilidade. Para esse novo profissional, o trabalho deve ser um ato político-social consciente onde a profissionalidade resultará de uma aprendizagem permanente, que será desencadeada por uma formação inicial, integralizada com consistência pedagógica rigorosamente adequadas ao grau de complexidade científica e responsabilidade de cada uma das atividades desenvolvidas na sociedade contemporânea. Nesse sentido, as transformações sociais pressupõem a superação do utilitarismo e do reducionismo promovido pelos setores dominantes sobre as políticas educacionais.

Os Círculos de Cultura repensam o espaço ensino-aprendizagem da escola (entendido muitas vezes como espaço de passividade sendo esse um instrumento de opressão) e buscam estimular a transposição de uma nova relação para encontros pedagógicos, partindo do

pressuposto geométrico em que um círculo não possui lados, ou seja, um ambiente educativo onde todos os presentes estão integrados nos processos de aprendizagem de forma igualitária, logo, onde o povo discute os seus problemas, se organizam e elaboram ações concretas advindas da demanda coletiva.

Um método ativo e participativo onde todos os atores entendem-se como metes e aprendizes e encontram nesse espaço o despertar da consciência através das trocas de saberes, reconhecendo a potência transformadora e criadora do diálogo. Nesse cenário, o autor discorre sobre a grande relevância do papel que a cultura desempenha no processo pedagógico, uma vez que o meio cultural no qual os grupos de indivíduos estão inseridos serve de pano de fundo para todo e qualquer processo educacional dentro dos círculos, que visam a formação de sujeitos protagonistas, sujeitos próprios de suas ações. De acordo com Paulo Freire, somente uma pedagogia que nasce do cotidiano dos aprendizes é capaz de favorecer a evolução individual de cada um e permitir a conquista da autonomia coletiva através de escolhas éticas.

### **3.2 A potência da construção coletiva**

O projeto Juventude Rural foi desenvolvido de forma participativa e deu-se em um primeiro momento através do diálogo entre os coletivos Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NIA) e o coletivo Núcleo de Assessoria Jurídico Popular (NAJUP), ambos da UFRRJ, junto ao Sobrado de Cultura Rural, porém desde o primeiro encontro baseou-se na construção coletiva e horizontal tendo incorporado os diversos grupos de trabalhos e coletivos da UFRRJ.

Integrando e somatizando forças através de diferentes óticas e objetivos, estão: Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), uma das organizações estudantis ligadas a causa agroecológica mais antigas do país; ORGANOVET, a empresa júnior do curso de Medicina Veterinária da UFRRJ; Espaço Rural, núcleo de estudantes dos cursos de geografia e engenharia de agrimensura; Estudantes de história, licenciatura em educação do campo e psicologia; Monitores da disciplina de extensão rural; e, estudantes ligados a Associação Brasileira de Engenheira Florestal (ABEEF).

Os encontros ocorriam uma vez por mês, iniciado em agosto de 2018 e seu encerramento em maio de 2019. A realização das atividades do projeto apenas foram possíveis por conta de recursos financeiros provenientes da articulação da emenda parlamentar, do deputado Wadiht Damous, que fomentou todas as vivências, tornando possível custear a experiência. O deslocamento dos estudantes envolvidos no projeto ocorreram através dos veículos oficiais da UFRRJ que foram solicitados, mediante a processo interno, para tornar possível essa atividade de extensão universitária em Bom Jardim - RJ.

### **3.3 Dimensões das vivências agroecológicas do projeto Juventude Rural**

As dimensões das vivências agroecológicas foram descritas por Cerqueira et al (2020) onde discorreu-se sobre as três dimensões adotadas como metodologia para a execução do projeto Juventude Rural e Agroecológica, responsáveis por integrarem os objetivos gerais e específicos do projeto, sendo elas: Pesquisa, Difusão e Legado. Vale ressaltar que cada encontro mensal preconizou o desenvolvimento de atividades dentro de todas as dimensões,

sendo assim, foram trabalhados simultaneamente em todos os encontros ao decorrer do projeto.

### **3.3.1 Dimensão da Pesquisa**

A proposta dessa dimensão consistiu na visitação dos mestres populares, famílias agrícolas e propriedades rurais na fronteira rural entre os Distritos de Barra Alegre (Bom Jardim), Doutor Elias (Trajano de Moraes), São Pedro da Serra e Lumiar (Nova Friburgo) que integram os percursos voltados para o turismo pedagógico e de base comunitária realizados pelo Sobrado Cultural Rural e também propriedades que integram o Circuito Altos da Serramar, que é um circuito de agroturismo da região, o que possibilitou um conhecimento mais amplo sobre a diversidade de práticas agrícolas presente nos territórios rurais.

A sistematização das visitas locais deram-se através da aplicação do Roteiro de Visitação (em anexo), elaborado de forma colaborativa, com o intuito de compreender de forma analítica o contexto e as particularidades das famílias agrícolas da região. A pesquisa foi realizada de forma interdisciplinar entre os membros dos coletivos da UFRRJ presentes no dia de cada visitação, onde orientavam-se pelo roteiro que abordava os seguintes eixos temáticos: museologia social, plantas medicinais, sementes e mudas, compreensão dos sistemas agrícolas para transição agroecológica, formação de educadores e jovens em educação ambiental e em educação do campo, legislação ambiental nas áreas rurais, acesso a políticas públicas para a agricultura familiar, saneamento básico, identidade cultural, saúde integral, escoamento da produção, pluriatividade, relações de trabalho e regulamentação fundiária.

### **3.3.2 Dimensão da Difusão**

A concepção dessa dimensão foi pensada na difusão do caráter da extensão universitária onde os coletivos participantes do projeto puderam divulgar a UFRRJ e seus cursos de graduação, bem como, difundir iniciativas de agroecologia para as escolas públicas de ensino médio que estão localizadas em territórios rurais e, também, a participação nas feiras agroecológicas da região.

Em um primeiro momento aconteceu o Dia de Ação Global na Escola Estadual Leopoldo Oscar Stutz onde os grupos organizados da UFRRJ apresentaram a universidade como um horizonte possível para os jovens, criando uma ponte entre os mesmos e a academia, cumprindo o papel social da instituição, esclarecendo dúvidas decorrentes da falta de informação sobre o acesso ao ensino superior e as políticas de permanência da universidade pública. Os recursos utilizados foram a exposição, de forma elucidativa, as diretrizes de alguns cursos da UFRRJ através de instalações pedagógicas.

Os participantes do projeto também estiveram presentes na Feira Agroecológica do Distrito de Lumiar através da organização de uma instalação pedagógica dentre as demais barracas da feira, abordando debates importantes utilizando de elementos didáticos (maquetes) para dialogar sobre sistemas agroflorestais, erosão de solos, distribuição e conscientização sobre sementes de espécies para adubação verde e cobertura vegetal, além das trocas nos espaços de expressão cultural da feira.

Em um último momento, os coletivos da UFRRJ saíram em comboio juntamente com os estudantes do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual José Martins da Costa para participar do 1º Encontro de Agroecologia da Região Serramar com o tema “Tem Veneno na sua Comida?”, ocorrido no município de Casemiro de Abreu – RJ entre os dias 27 e 29 de abril de 2019. Além da participação na organização do evento os coletivos da UFRRJ puderam compor uma roda de conversa no painel: Juventude Rural, com a participação dos alunos do CEJMC e outras pessoas que estavam no evento.

### **3.3.3 Dimensão do Legado**

A missão dessa dimensão consistiu-se em ações pontuais na propriedade onde o Sobrado de Cultura Rural está situado de forma que contribuísse com iniciativas pautadas em práticas de agroecologia no espaço, tais como: a produção dos materiais pedagógicos (maquete de erosão do solo, maquete de propriedade agroflorestal); a construção do canteiro de produção orgânica e da mandala de plantas medicinais; e por fim, plantio de espécies florestais nativas apresentando possibilidades de elaboração de uma trilha ecopedagógica no futuro. As contribuições dos grupos organizados da UFRRJ foram recebidas com muita hospitalidade e generosidade sendo a troca com o SCR muito importante principalmente por esse ser um espaço de museologia rural muito significativo para a comunidade local.

Dessa forma, esse potente equipamento educativo de cultura, museologia e agroecologia que é o PCR têm-se estabelecido cada vez mais através do diálogo e da articulação com importantes coletivos e instituições de pesquisa e ensino a fim de promover as vivências do cotidiano presente nas áreas rurais da região. Ao decorrer do projeto os coletivos integrantes puderam ter vivências práticas na propriedade do PCR e tiveram a oportunidade de deixar seus respectivos legados no espaço de forma acessível, bem como o presente trabalho que é um fruto dessa dimensão.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Vivências na Dimensão da Pesquisa**

As vivências no âmbito da Dimensão da Pesquisa foram imprescindíveis para a construção de um panorama da diversidade de meios de produção e modos de vida na região e proporcionou uma melhor compreensão das propriedades ao redor do PCR onde, dentre as diferentes práticas, observou-se: produtores/agricultores familiares agroecológicos e em transição para agroecologia, apicultores e produtores de mudas da mata atlântica.

Cada propriedade possui a sua particularidade e dentro de cada terreno encontramos desafios como: Pouco acesso a informação sobre leis e reserva legal aos produtores que já comercializam seus produtos pela região; Produtores que utilizam do sistema de rotação de terras e uso de fogo; Comercialização em feiras da região; Plantio sem utilização de agrotóxico; Reflorestamento das propriedades da região com árvores nativas da mata atlântica; Agricultores engajados em associações de agricultores familiares lutando contra o arrocho da legislação ambiental, promovendo eventos culturais e tentando lutar contra a cultura do agrotóxico que já vem se enraizando na região; Dentre outros.

Durante a experiência, foi muito prazeroso visitar as propriedades dos agricultores familiares, pois fica nítido o acolhimento por parte dessas unidades familiares que demonstram, através desse acolhimento, o seu senso de comunidade e coletividade que é uma característica notável das relações sociais da região. Fica claro que as trajetórias de resistência e ocupação do campo se refletem no orgulho de seguirem produzindo alimento saudável para toda a comunidade.

Algumas propriedades tiveram grande impacto enquanto experiências de vivências agroecológicas e trouxeram a oportunidade de praticar a atividade do extencionista rural e gerar ótimas discussões que fomentam debates entre os coletivos da UFRRJ sobre os principais desafios acima citados. Os seguintes relatos apresentados na sequência são provenientes da aplicação do Roteiro de Visitação.

#### **4.1.1 O casal de produtores agroecológicos: Rosângela e seu Athaíde**

O sítio onde residem o casal de produtores agroecológicos Rosângela e Seu Athaíde é ocupado por Seu Athaíde desde de 1981, um território que conta com 3 alqueires ou 14,52 hectares de extensão. Localiza-se próximo ao ponto de Cultura Rural, em Santo Antônio, sendo ele produtor e dono da terra herdada de sua família. A propriedade possui Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, apesar de conhecerem os benefícios do CAR, não são acompanhados pela Emater ou possuem qualquer forma de assistência técnica.

Atualmente, moram sozinhos na propriedade. Os filhos do primeiro casamento de seu Athaíde são adultos já casados e moram distantes do pai em outro município, afastados das práticas agrícolas e, conseqüentemente, não enfrentam a dificuldade de locomoção pela região onde moram o casal. A falta de transporte está condicionada ao único acesso a região que é muito dificultado pela estrada que está em más condições e a falta de interesse do município em melhorar as condições de locomoção para o Distrito nunca esteve muito presente.

No sítio eles produzem em sistema agroecológico totalmente livre de agrotóxicos ou qualquer agroquímicos, como adubos químicos, e apesar de conseguirem produzir muito bem dessa forma eles têm consciência que os produtores das propriedades vizinhas relatam o uso de agrotóxicos e que apesar de não gostarem dessa forma de produção é o que garante a alta produtividade. A mão de obra na propriedade é executada por seu Athaíde e Rosângela, além de mais dois ajudantes esporádicos.

O manejo da propriedade baseia-se nos consórcios de espécies agrícolas, adubação verde e cobertura vegetal seca. Uma técnica muito interessante aplicada por eles é a utilização do capim gordura no fundo da cova das culturas que plantam, como estratégia de aumento de teor de matéria orgânica no solo. Realizam consórcio entre gêneros alimentícios e chegam a produzir 10 mil pés de abacaxi intercalados com 5 variedades de mandioca – onde a mandioca serve para proteção dos frutos do abacaxi, além de terem introduzidos dentre as culturas 7 variedades de banana em consórcio com café, 7 variedades de batata doce, amendoim, couve flor, entre outras culturas agrícolas e plantas medicinais regionais.

Em relação ao manejo adotado e as legislações ambientais vigentes, seu Athaíde comenta: “Nunca fomos multados e que não temos problemas com a fiscalização, pois não praticamos queimadas na propriedade e adotamos apenas a roçada da capoeira (com intervalo máximo de 3 anos de pousio) que depois é usada como cobertura vegetal seca para adubação”. Entretanto, Rosângela alega que: “Falta informação e orientação por partes dos



órgãos legais, que assumem o papel de fiscalização, mas prejudicam a produção por restringir o pousio e outras práticas agrícolas tradicionais”.

As variedades genéticas encontradas são majoritariamente crioulas e é tomado um cuidado muito grande com a perpetuação dos genótipos de sementes e mudas, desde o início da produção deste território pela família da dona Rosângela. Isso configurou uma forte expressão da ancestralidade agroecológica da região onde as práticas agrícolas preconizam a manutenção do banco de sementes crioulas existente no local.

A comercialização dá-se das seguintes formas: A produção mais numerosa e rentável é passada para um intermediário que leva os produtos para o CEASA, seu Atháide comenta que desse repasse recebe apenas 20% de lucro sobre as vendas, enquanto seu vizinho que faz o uso de agrotóxicos recebe cerca de 30%, esse é um aspecto curioso, ele destaca; Alguns produtos também são vendidos para um atravessador que revende com o selo orgânico próprio em Niterói – RJ; As hortaliças, ovos caipiras, mel, melado, café e fubá que são processado em moinho de pedra e os produtos menos numerosos e menos valorizados esteticamente como milho verde, tomate, batata doce, banana, mandioca, inhame e feijão são vendidos por Rosângela na sua feirinha em São Pedro da Serra ao lado da Loja de Gelo.

Apesar da agricultura ser a atividade mais importante para a renda familiar, eles não possuem acesso à crédito, logo, possuem renda complementar com os trabalhos informais de serviços gerais prestados por dona Rosangela. A menor fração da produção do casal é direcionada para consumo pessoal.

Assim como observou Carneiro (2009), as dinâmicas territoriais continuam estabelecendo os mesmos desafios e pressões para as unidades da agricultura familiar locais, que, majoritariamente, resistem com suas práticas agroecológicas, sendo esse o grupo que mais é prejudicado nessa dinâmica. Seja na prática do sistema de pousio – apesar deste ser mais conservacionista e preconizar o desenvolvimento sustentável da agricultura na região – que necessitou se adequar aos parâmetros da legislação ambiental vigente, revelando a falta de diálogo e a pressão imposta por parte dos órgãos ambientais; seja na questão do usucapião da terra, onde a posse da terra sem o respectivo direito de propriedade do imóvel rural por quem nela trabalha acaba impondo condições injustas de trabalho e limitações no uso da terra, impedindo a realização de projetos de longo prazo, como a implementação de sistemas agroflorestais.

#### **4.1.2 Gileade Sustentabilidade**

Paulo e Ana Paula são um casal de apicultores que moram na propriedade pertencente ao pai de Paulo, um terreno no Distrito de Santiago (Nova Friburgo) com cerca de 7 hectares onde eles realizam o trabalho de resgate da criação das abelhas nativas da Mata Atlântica e utilizam somente 1 hectare da propriedade é utilizado na apicultura para fins lucrativos. Mesmo sem ter uma regulamentação adequada, conseguem produzir bem, e praticam o método da venda direta.

Todas as abelhas criadas na propriedade são nativas das famílias Meliponas e Trigonas. Sendo as Meliponas produtoras do geoprópolis, que é processado pelo casal em uma pomada antibacteriana, hidratante e anestésica. E as Trigonas produtoras da própolis, que tem propriedades curativas. Paulo comentou: “Trabalho com a produção de mel de muitas espécies diferentes de abelhas e que isso não o atrapalha, na verdade, a diversidade o deixa

mais fascinado pelo ofício. Até mesmo as espécies que não são grandes produtoras melíferas são mantidas pela sua função polinizadora”, ou seja, além de um foco de comercialização, o casal preconiza a sustentabilidade geral que é sustentada pelas abelhas.

Além disso, a Ana Paula, encabeça a produção dos processados, a partir destes materiais provenientes das abelhas, como: pomadas, sabonetes, cremes hidratante, rejuvenescedores, terapêuticos e diversas outras tinturas que não necessariamente possuem os materiais das abelhas. A diversidade dos produtos disponíveis na propriedade baseia-se na matriz extremamente diversa das abelhas nativas ali presentes sendo coletados das colmeias vários tipos de mel em sua riqueza de nutrientes e em diversidade de cores e sabores.

Eles conseguiram, através do programa Rio Rural, fazer uma fossa na propriedade e um espaço de experimentação para a feitura dos mais de 20 produtos que são confeccionados e comercializados na própria propriedade, na loja Gileade Sustentabilidade. A renda do casal é 80% proveniente das vendas dos seus produtos e é complementada com trabalhos autônomos externos, e temporários, feitos por ambos. Essa é uma das propriedades que integram o Circuito Altos da Serramar, um circuito de agroturismo regional, e que também encantam pelas dezenas de orquídeas, flores e árvores nativas na propriedade, sendo essas algumas das atrações para visitantes. Eles recebem visitantes, estudantes e pesquisadores com agendamento prévio, oferecendo palestra sobre meliponicultura.

#### **4.1.3 Viveiro da Mata Atlântica**

O Viveiro Mata Atlântica pertence a proprietária Marina Figueira de Mello que é uma ativista ambiental, ex-pesquisadora do curso de Economia da Pontifícia Universidade Católica - RJ. A propriedade tem cerca de 30 hectares e faz parte da rede Pró Mudar Rio. Ela trabalha junto com um grupo de voluntários para a sustentação do viveiro onde existem mais de 300 espécies botanicamente catalogadas. Entretanto estima-se que existam mais de 1250 espécies no local. O espaço está associado ao Centro Nacional de Conservação da Flora e integra o Circuito Altos da Serramar.

O trabalho desenvolvido na propriedade tem propósito ecológico, preservacionista e educador, tendo ênfase na identificação e produção de mudas de espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica em condições de viveiro que devem ser destinadas para reflorestar apenas as áreas regionais, respeitando as demandas climáticas de cada espécie. Assim, configurando ao viveiro um papel de perpetuador da gama genética floral de Nova Friburgo e entornos.

Todo o material genético do viveiro, é nativo da região sendo a maioria provenientes das matrizes florestais dentro da propriedade, mas conta com a contribuição de agricultores da região que também doam sementes de matrizes marcadas em outras propriedades da região. Essa parceria entre o viveiro e a comunidade configura o papel reflorestador e educativo do viveiro, valorizando a flora local e proporcionando sua perpetuação. O manejo florestal constitui-se na coleta de sementes florestais feito de maneira muito cuidadosa para não pôr em risco a diversidade do território. Estima-se que existam mais de 1200 árvores na propriedade de Marina.

O trabalho de produção começa com a coleta de sementes nos remanescentes florestais da região, após o beneficiamento é levada para as sementeiras, onde são mantidas até germinarem e segurem para os tubetes, onde ocorrerá o enraizamento, e conta com toda a tecnologia empregada na produção de mudas. As mudas produzidas pertencem a famílias

botânicas que possuem diferentes funções ecológicas podendo ser plantadas com fins de restauração, paisagismo, produção de mel, proteção de fontes de água e cobertura do solo, agroflorestas e dentre outras.

Todas as nascentes da propriedade são preservadas e reconhecidas. Além disso, o viveiro é um exemplo em adimplência burocrática, em relação a todos os documentos de certificação e regulamentação do espaço, além de contar com assistência técnica da Emater. O viveiro florestal tem papel importante na preservação da fauna local e devem ser fortalecidos pela comunidade. É importante ressaltar, que a proprietária Marina se mostrou muito receptiva às propostas de pesquisa dentro do espaço e convidou os estudantes a se engajarem em atividades no viveiro.

A comercialização dá se no próprio viveiro sendo o preço fixo de R\$5,00 para qualquer muda, dispensando o pré-requisito da escolha da muda por parte do cliente e trazendo mesmo grau de importância para as espécies ali reproduzidas. Acima de 100 mudas paga-se somente R\$4,00 e acima de 200 mudas paga-se R\$3,00. Isto proporciona uma reflexão mais profunda na escolha, baseando-se nas especificidades de cada espécie, podendo ter uma melhor contemplação das demandas do cliente, além de educar sobre o papel de cada planta, e da noção do reflorestamento. A renda do viveiro vem da venda de mudas, em sua menor parte, e tanto por Marina e sua família quanto dos seus patrocinadores voluntários e apoiadores que trabalham voluntariamente no território, em sua maior parte.

#### **4.1.4 Toca da Onça**

A Toca da Onça localiza-se em Lumiar e possui uma extensão de 22 km, onde a maior parte deste território é destinada à reserva ambiental. O proprietário neo-rural Ângelo, dá usos múltiplos a sua propriedade, onde oferece um espaço de camping/pousada com atividades turísticas, além de articular uma produção agrícola e florestal, e, eventualmente, ministrando minicursos em diversas áreas com custos simbólicos.

Atualmente, Ângelo comenta: “Sou favorável a uma flexibilização do manejo convencional e do uso de variedades genéticas resistentes”, o que é bastante controverso a luta pelas práticas agroecológicas e pela manutenção do banco de sementes crioulas da região pela comunidade local. Nesse ponto, a visita foi importante para estabelecer uma análise sobre os diferentes pensamentos e posicionamentos dos grandes produtores orgânicos da região, diante as diferentes perspectivas e trajetórias de vida. O sítio também é muito rico em tecnologias alternativas de processamento de alimentos, captação de água da chuva, fertirrigação, etc.

O uso da terra baseia-se na produção de espécies agrícolas e florestais, com manejo orgânico, e certa flexibilização dos métodos convencionais sendo a variedade genética das sementes majoritariamente industrial, adquiridas lojas rurais. Atualmente, sua produção florestal é superior a produção agrícola (principalmente com a beringela). Em relação a origem das árvores plantadas Ângelo informou ser de um viveiro local, mas não discorreu muito.

As formas de renda estão na pluriatividade, no ramo do ecoturismo, e na comercialização dos produtos florestais e agrários produzidos na propriedade. Ângelo já participou de feiras na região Serrana do Estado e Zona Sul da Capital, entretanto, hoje pratica apenas vendas diretas aos que vão até sua propriedade. Cabe salientar que ele acessa políticas públicas como sua articulação com o PNAE e PAA regional.

## **4.2 Vivências na Dimensão da Difusão**

As vivências no âmbito da Dimensão da Difusão apresentaram possibilidades representar e apresentar a UFRRJ nos espaços e de apresentar algumas graduações para estudantes do ensino médio da escola e abriu um diálogo no sentido de elucidar questões e aproximar a UFRRJ da escola e, em especial, dos formandos do ensino médio. Conhecer melhor os cursos, suas áreas de atuação, suas estruturas e possibilidades foi importante para que o corpo estudantil refletisse seus interesses, aptidões e opções. Nas apresentações dos cursos, houveram questionamentos variados e foi notório o interesse dos formandos em conhecer melhor a UFRRJ.

No trabalho desenvolvido com a juventude rural fica claro o interesse dos estudantes em buscar uma formação de ensino superior e que as pressões sentidas no campo por eles é mais um fator decisivo na busca pela quebra de paradigmas e mudança de sua realidade. Isso implica no compromisso com a pauta social e com a realidade dos mesmos, o que demonstra a necessidade de mais parcerias entre a Universidade e as escolas públicas, pois o espaço escolar é um espaço fundamental para o diálogo construtivo nos territórios.

### **4.2.1 Dia de Ação Global**

O Dia de Ação Global foi um evento organizado pelos coletivos da UFRRJ com o intuito de apresentar a Universidade e alguns cursos de graduação para os alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Leopoldo Oscar Stutz (CELOS), localizado no município de Bom Jardim. A realização do evento somente foi possível devido ao diálogo do SCR e CELOS, responsável por sediar o evento durante a manhã de sábado do dia 25 de outubro de 2018. O evento foi iniciado através da mística roda de mineiro pau que é uma brincadeira tradicional da região, a fim de valorizar a cultural popular local e fazer um primeiro contato de forma mais descontraída.

Em seguida, houve uma apresentação do espaço físico e aspectos institucionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro realizada pelo professor orientador do projeto. Foi um momento de apresentar um pouco da história da Universidade, bem como, explicar sobre as políticas de assistência estudantil que ajudam na permanência dos estudantes na Universidade. Os estudantes do colégio estadual puderam ter uma visão mais geral sobre a instituição e compreenderem os caminhos para pleitear uma vaga em um curso de graduação.

Na sequência os estudantes do colégio estadual visitaram as instalações pedagógicas dos cursos de graduação em agronomia, engenharia florestal, psicologia, licenciatura em educação do campo, história, direito, geografia e engenharia de agrimensura. Nas respectivas instalações pedagógicas foram trazidos elementos significativos dos cursos de graduação para facilitar a compreensão sobre os diversos campos de estudo, conhecer um pouco mais sobre as particularidades dos cursos, seus aspectos profissionais, mercado de trabalho, áreas de atuação, dentre outras coisas, bem como, foram feitas doações de brindes referentes aos cursos. Este momento foi essencial para visualizar a interação e ampliar os diálogos com a juventude local.

De forma positiva, o evento apresentou a possibilidade da graduação como um horizonte realmente possível para os estudantes do CELOS. Conhecer melhor os cursos de

graduação e suas áreas de atuação, as estruturas da Universidade e as possibilidades de pesquisa é importante para que a juventude rural possa refletir sobre seus interesses, aptidões e opções disponíveis de futuro.

Conforme dito em reunião de avaliação da atividade, tal evento foi gratificante especialmente por possibilitar a interação entre alunos da UFRRJ e da escola visitada. Nas apresentações dos cursos, foram feitas perguntas, houveram questionamentos variados e foi notório o interesse dos formandos em conhecer melhor a UFRRJ. A sensação de ser recebido com apreço e carinho culminou com o envolvimento dos alunos nos stands.

#### **4.2.2 Mobilização da Juventude Rural junto a Rede de Agroecologia**

O 1º Encontro de Agroecologia da Região Serramar, ocorreu no município Casimiro de Abreu, tratou do tema “Tem Veneno na sua Comida?” dialogando com os agricultores familiares e população regional sobre os impactos do modelo da agricultura convencional, o uso de agrotóxicos e a sua relação dependente com o agronegócio, que afetam negativamente e ameaçam a vida humana e a saúde do meio ambiente. O encontro foi promovido por uma parceria entre a Fiocruz, a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro da Região Serramar, a Prefeitura de Casimiro de Abreu, o Instituto Nacional do Câncer e diversas outras instituições e organizações acontece.

Nos três dias em que aconteceu o encontro houveram a feira de produtos agroecológicos e artesanais, apresentações culturais (shows, teatro e atividades infantis), debates em formato de aula pública, várias oficinas e rodas de conversas para trocas de experiência agroecológicas. O encontro contou ainda com refeições deliciosas produzidas com os produtos livres de agrotóxicos e transgênicos, através dos almoços e jantas agroecológicas. A mobilização objetivou propiciar discussão e engajar os agricultores e agricultoras familiares na luta contra o agronegócio e os agrotóxicos, desenvolvendo uma nova perspectiva coletiva de como produzir alimentos sem veneno, sem expulsar os trabalhadores do campo, preservando as identidades culturais e produzindo de forma agroecológica.

Os coletivos da UFRRJ foram convidados pela Articulação de Agroecologia Serramar, através do PCR, para participar da organização durante o evento onde atuaram: na bilheteria; ajudaram na preparação das refeições agroecológicas; organização dos espaços de ciranda, palestra, oficinas e apresentações culturais; e, também, a serem mediadores da roda de conversa sobre o tema: “Juventude Rural”.

Além de participarem desse encontro, os coletivos organizaram um comboio juntamente com o PCR, que através do canal de diálogo direto com a direção do Colégio Estadual José Martins da Costa (CEJMC), para levar os estudantes do 3º ano do Ensino Médio para participar do encontro em Casimiro de Abreu – RJ, potencializando ainda mais as trocas e o contato desses jovens com as redes de agroecologia da região, além de participarem da roda de conversa moderada pelos coletivos da UFRRJ.

Em relação a roda de conversa, Juventude Rural, os coletivos puderam reunir os alunos do CEJMC e outras pessoas participantes do evento para discutir os caminhos da juventude que mora em áreas rurais e como ela se sentem frente aos processos de urbanização e modernização do campo. Dentre todas as falas, fica claro a noção de que a juventude rural

vê na vida no campo e nas atividades agrícolas poucas perspectivas de futuro, uma vez que as pressões para agricultura familiar são diversas, somado o fato de que a urbanização afasta o jovem do campo. Pôde-se, então, fazer uma reflexão sobre a diferença da qualidade de vida no campo e na cidade, trabalhando a autoestima dessa juventude a fim de incentivar a busca de conhecimento e de uma vida melhor, mas que essa não pressuponha o afastar da sua identidade cultural e que o sentimento de pertencimento seja suficiente para que essa juventude lute pela possibilidade de uma vida cada vez mais digna para a população do campo pautadas no desenvolvimento coletivo, consciente e agroecológico.

### **4.3 Vivências na Dimensão do Legado**

As vivências no âmbito da Dimensão do Legado trouxe uma importante noção de que os projetos de extensão devem contribuir para o fortalecimento das ações educativas dos parceiros com quem se estabelece vínculos, deixando assim, a possibilidade de desdobramentos nos territórios rurais e da difusão de temas relacionadas a agroecologia. Dessa forma, segue uma avaliação sobre alguns legados que foram deixados pelos grupos organizados da UFRRJ enquanto coletivo para o território do PCR e comunidade ao redor.

O primeiro legado avaliado é a construção do canteiro de produção orgânica que foi feito em uma área de 81 m<sup>2</sup>, com declividade acentuada, fazendo-se necessária a implantação de curvas de nível, técnica usada pelos agricultores locais para evitar processos erosivos no solo. Entretanto, as curvas de nível feitas, não respeitam o processo teórico de disposição de curvas, que é topograficamente axiomático para sua implementação. Para construir a estrutura do canteiro foram utilizados 9 mourões de cerca de 2 m cada como alicerce, e uma faixa de sombrite de 13,50 m<sup>2</sup>, para cobrir apenas uma extensão do canteiro. A base do telhado foi feita com bambu não tratado, o que compromete a durabilidade desta estrutura, porém, o objetivo da construção desse canteiro era a utilização dos materiais disponíveis na propriedade do SCR. Após a instalação da estrutura, preparação do solo utilizando técnicas de roçada e cobertura vegetal seca, foram plantadas: 15 Alho poró, 15 Tomilho, 10 Salsinha, 25 Quiabo, 15 pepino, 30 Repolho, 40 Beterraba, 20 Rúcula, 30 Alface Roxa, 30 Alface crespa, 30 Pimentão, 30 Jiló, 20 Espinafre, 20 Cebolinha, 15 Chicória, 10 Couve chinesa, 5 Couve Manteiga, 20 Manjerição, e 20 Pimenta Malagueta. Totalizando 400 mudas, dispostas de forma a preconizar o espaçamento mínimo pro desenvolvimento das culturas e levando em consideração os consórcios adequados, a fim de otimizar a produtividade do canteiro.

O segundo legado avaliado é a construção da mandala de ervas medicinais que foi pensada com o propósito de ser um banco de ervas medicinais nativas da região. As mudas plantadas na mandala foram doadas pelas erveiras, rezadeiras e pelo Grupo Grãos de Luz de Lumiar que é uma entidade que realiza trabalhos com a fitoterapia crioula da região. O espaço destinado para criação da mandala foi limpo e estruturado com as pedras dispostas no terreno do PCR pelos coletivos envolvidos no projeto ao longo dos períodos.

O terceiro, e último, legado avaliado é o plantio de espécies florestais nativas e endêmicas provenientes da doação do Viveiro da Mata Atlântica em Nova Friburgo. Na propriedade do PCR existe um remanescente florestal com baixa diversidade de espécies e algumas clareiras pontuais que ameaçam a proteção de uma nascente ali encontrada. Dessa forma, com o objetivo de adensar esse fragmento florestal com espécies nativas não observadas na área e a fim de assegurar a longividade e proteção da nascente deu-se a proposta do plantio. Ao percorrer a área foi possível observar uma antiga trilha que circunda todo o fragmento e que interliga-se às outras áreas da propriedade, apresentando a

possibilidade de elaboração de uma trilha ecopedagógica no futuro para trabalhar tópicos referentes a educação ambiental e preservação. Contudo, tendo como base o percurso da antiga trilha e levando em consideração parâmetros como espaçamento e estágio sucessional das espécies florestais, foram abertos berçários para o plantio de: 2 Cambucá (*Plinia edulis*), 2 Ipê Verde (*Cybistax antisyphilitica*), 2 Uvaia (*Eugenia pyriformis*), 5 Manacá-da-serra (*Tibouchina mutabilis*), 3 Jussara (*Euterpe edulis*), 1 Tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*) e 1 Angico (*Piptadenia gonoacantha*). Espera-se o desenvolvimento dessas espécies introduzidas na propriedade, bem como, os benefícios advindos desse legado.

## 5. CONCLUSÕES

Diante dos resultados advindos da realização deste estudo, podemos observar que as ações aqui descritas demonstram a necessidade e a urgência da presença das IES atuando em parceria com os agricultores familiares em prol das comunidades rurais. Desta forma, podemos formular a compreensão de que, juntos, é possível promover o debate e a elaboração de políticas públicas que promovam a acessibilidade, o escoamento de produção, além de parcerias em pesquisas, assistência técnica e outras atividades concretas, que estão para além do âmbito restrito da academia.

A existência da disciplina Extensão Rural é a via primordial para garantir a oportunidade de experiências extracurriculares que liguem a academia às vivências agroecológicas, seja dentro do âmbito acadêmico, seja fora dele, porque ela trabalha as ferramentas que possibilitam o diálogo e a construção junto aos agricultores rurais, a fim de evidenciar as dificuldades no campo e na elaboração de estratégias locais que visam sanar as problemáticas enfrentadas. Faz-se necessário, portanto, lutar por mais disciplinas e iniciativas dentro das IES que garantam a aplicação de uma pedagogia mais humanizadora e menos tecnicista, ou seja, preocupada em atender as demandas reais da necessidade das famílias que ocupam e produzem nas áreas rurais.

Em relação ao projeto “Juventude Rural e Agroecológica”, observa-se que a sistematização das experiências registra a história e constrói caminhos para a ação extensionista, ao mesmo tempo que ressalta a importância das vivências agroecológicas para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de graduação das ciências agrárias, bem como a aproximação da realidade dos agricultores familiares e da juventude rural com a realidade das IES.

Em suma, o impacto que as vivências agroecológicas tiveram para a minha formação no curso de graduação em engenharia florestal são imprescindíveis no tocante à mudança da minha visão enquanto um profissional que viveu situações reais e humanizadoras, além da oportunidade de experimentar tantas dinâmicas de relação de trabalho, envolvimento social, assim como trocas de práticas e saberes. De todas as reflexões possíveis, deixo a frase que tanto ouvi e pude compreender durante a trajetória desse projeto: “Se o campo não planta, a cidade não come”.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOS DA SERRA MAR. **Gileade Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <https://altosdaserramar.com.br/gileade/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ALTOS DA SERRA MAR. **Viveiro da Mata Atlântica**. 2018. Disponível em: <https://altosdaserramar.com.br/viveiromataatlantica/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ALTOS DA SERRA MAR. **Irmãos Oliveira**. 2018. Disponível em: <https://altosdaserramar.com.br/irmaosoliveira/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BOTELHO, Marjorie; PAOLINO, Claudio. **Livro Ponto de Cultura Rural**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Instituto de Imagem e Cidadania, 2015.

BOTELHO, Marjorie; PAOLINO, Claudio. **Inventário do Patrimônio Cultural Rural de Barra Alegre – Bom Jardim – RJ**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Instituto de Imagem e Cidadania, 2015.

BROBST, S., AUGUSTIN, C.R. e VALADÃO, L. F. **Flexibilização no contexto das Diretrizes Curriculares: concepção e implementação**. XVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Campo Grande - MS, 2003.

CAPORAL, F. R; RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar para romper a inércia**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>. Acesso em: 04/04/2021. Texto em fase de publicação.

CARMO, M. S.; COMITRE, V.; BORSATTO, R. S.; MOREIRA, R. M.; STAMATO, Beatriz. O diálogo necessário entre extensão rural e agroecologia. **Revista Retratos de Assentamentos**, São Paulo, v.18, n.1, 2015.

CARNEIRO, Maria José; ROCHA; Betty Nogueira. Limites e possibilidade da construção de “territórios de desenvolvimento” na Região Serrana do Rio de Janeiro. **Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 251-275, 2009.



CARNEIRO, Maria José Carneiro; ALLEMÃO BERTOLINO, Ana Valéria Freire; BERTOLINO, Luiz Carlos. **Agricultores e território, práticas e saberes**. Rio de Janeiro: Trasso Comunicação Ltda, 2010.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luís. Modos de vida de agricultores familiares de montanha: Um estudo de caso em São Pedro da Serra – Nova Friburgo – RJ. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 180-202, 2016.

CAVALLET, Valdo José. Educação formal e treinamento: confundir para doutrinar e dominar. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 1, n. 2, 2000.

CAVALLET, Valdo José. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

CERQUEIRA, Mateus; SILVA, Leonis Santos; AMÂNCIO, Robson; PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves; AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça; BOTELHO, Marjorie. Juventude rural e agroecológica: uma confluência de saberes entre estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a juventude da Região Serrana do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11, 2019, São Cristóvão. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2020.

DIAS, M. M. Agricultura familiar, desenvolvimento e os desafios para o ensino agrícola no Brasil hoje. *Educação Agrícola Superior*, Brasília, v. 21, p. 23-28, 2006.

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. **Transição agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceará**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

FORUM NACIONAL DE PRO-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – FORGRAD. **Textos das oficinas do FORGRAD**. Curitiba, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

ISABELA SCHINCARIOL. **ENSP participa de encontro que discutirá agronegócio, uso de agrotóxicos e agroecologia**. 2019. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/45972>. Acesso em: 04/04/2021.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação Social da natureza**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares do Curso de Engenharia Florestal. <http://www.mec.gov.br/sesu/diretrizes.html>, 2004.

PAULA, Yara Lemos de; IBIAPINA, Raíssa Diniz; SILVA JÚNIOR, Francisco Araújo; BELTRAME, Nyara Oliveira; GARDNER, Nardella Dantas de Oliveira; FONSECA, Flávio Duarte. Experiência de construção de espaço de vivência e aprendizados em agroecologia para os cursos de agrárias. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA; CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 6; 10; 5, 2018, Brasília. **Anais do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno**. Brasília: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2018.

PETERSEN, Paulo; MONTEIRO, Denis. **Agroecologia ou colapso (3)**. 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/05/11/agroecologia-ou-colapso-3-por-paulo-petersen-e-denis-monteiro>. Acesso em: 22/04/2021.

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**. Universidade Federal. Curitiba, junho 2009.

RUAS, Elma Dias et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR**. Belo Horizonte, 2006.

SANTOS, Christiane Fernandes dos; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ARAUJO, Iriane Teresa de; MAIA, Zildenice Matias Guedes. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-52, abr. 2014.

SILIPRANDI, E. **Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil**. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas, trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013, p. 329-343.

SOARES, Rainielly Barbosa; MACHADO, Aluan; LOURENÇO, Francisneide de Sousa; LOURENÇO, José Nestor de Paula; SERZEDELO, Luana Neves. Extensão rural em Agroecologia como ferramenta para construção do conhecimento agroecológico no Amazonas baseada no diálogo de saberes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9, 2015, Belém. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Belém: Hangar, 2015.

SOUSA, R.; COELHO, Roberta; Reis, Adebaro; SILVA, Franciara; AZEVEDO, Hueliton; GOMES, Rodrigo. Fortalecendo territórios de vida: agricultores familiares e educadores unidos na construção da agroecologia na Amazônia paraense. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2013.

TUTTMAN, Malvina Tania. **LDB e a flexibilização curricular**. In: Encontro de PróReitores de Extensão da Região Sudeste, 1999. Trabalho apresentado. Alfenas, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Acadêmicos do curso de Agronomia apresentam relatos de “Vivências em Agroecologia”**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/noticias/academicos-do-curso-de-agronomia-apresentam-relatos-de-201cvivencias-em-agroecologia201d>. Acesso em: 08 abr. 2021.

## **ANEXO. Roteiro de Visitação**

1. Levantamento histórico da propriedade.
2. Perfil familiar/social:
  - O senhor tem filhos? Quantos? Quais idades?
  - Eles estudam? Em qual escola?
  - Como é visto a educação no campo na educação dos filhos?
  - São orientados sobre plantio, cultivo, alimentação saudável nas escolas?
3. Acesso a serviços públicos: Transporte? Posto de saúde? Lazer?
4. Tem saneamento básico?
5. Questões sobre saúde global (humana e animal).
6. Plantas alimentícias e medicinais (conhecimento popular):
  - Quais são os recursos para lidar com a doença?
  - Identificação das plantas do local.
  - Plantas e tradição.
  - Problemas com animais silvestres?
7. Uso da terra - produção, extensão, localização.
8. Agrobiodiversidade – variedade das sementes.
9. É feito na propriedade a prática de pousio e/ou uso do fogo?
10. Como produtor adquire mudas e sementes?
11. Qual a relação com o produtor com agrotóxicos? Faz uso?
12. Você é dono/dona da terra?
13. Se sim, está feito o CAR? Se não, por que? Conhece os benefícios do CAR?
14. Produção:
  - Manejo? Beneficiamento? DAP?
  - Comercialização: escoamento da produção e venda das mercadorias? Desafios?
  - Projetos futuros? Acessa alguma política pública? Possui assistência técnica?
15. Formas de renda: pluriatividades.
  - Renda: Auxílio? Renda complementar? Acesso a créditos?
  - Qual peso da agricultura na renda familiar?
16. Informações sobre a relação das atividades agrícolas com legislações ambientais.
17. Existem áreas destinadas a APP e RL? Problemas com fiscalização? Como é a relação com órgãos do governo?